

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

Segunda Chance

A virtude da democracia é a descentralização do processo decisório; seu defeito é a homenagem ao populismo, quando os representantes do povo acenam com benefícios de curto prazo que inviabilizam a racionalidade econômica no médio ou no longo prazos.

Democracias nascentes, como a brasileira, são mais vulneráveis à desordem econômica que regimes longamente sedimentados; porém até mesmo estes conhecem doses de compromisso quando a prudência recomenda que os partidos em revezamento no poder encontrem o consenso em benefício da estabilidade institucional. Trabalhistas e conservadores conhecem o compromisso na Grã-Bretanha, da mesma forma que republicanos e democratas nos Estados Unidos.

O acordo no Congresso americano que permitiu um plano de redução progressiva do déficit orçamentário foi produto de uma ação bipartidária. Da mesma forma, não se conhecem planos dos socialistas, que voltaram ao poder na França com escassa minoria, para desmontar muitas das iniciativas tomadas no Governo Chirac. A Itália é outro exemplo de sucessivas revisões ministeriais sem que o país embarque em programas inflacionários capazes de descolar a lira dos parâmetros conservadores de flutuação das moedas européias.

A Constituinte, ao aprovar uma catadupa de medidas populistas, que vão desde a estabilidade dos funcionários públicos em um Estado inchado e enfermo até a anistia da correção monetária de devedores duvidosos, parece ter agido sem qualquer sentido de tempo. Quem olhar de perto e em detalhe o que foi aprovado até agora não pode senão balançar a cabeça com desalento.

A orquestra montada em Brasília agiu como se o país pudesse distribuir benefícios e implantar um Estado de bem-estar social nos modelos do Welfare State de que até algumas das mais prósperas nações européias, como a Holanda, se arrependeram. As contas a pagar pela mão da generosidade populista são incompatíveis com o que os cidadãos podem depositar sob a forma de impostos, de inflação ou de empréstimos nas caixas coletivas.

Como está a Caixa brasileira hoje? Tome-se um único segmento, o das dívidas internas da União. O Governo abocanha hoje bem mais de duas terças partes da poupança disponível. Pensar em inflar ainda mais a dívida interna significa jogar toda a poupança no setor público, e isso é um passo para o calote na dívida interna que tantas vezes tem sido aventado, sem levar em conta que isso significaria uma disparada inflacionária monumental e a definitiva desarticulação da economia brasileira. O que faria o poupador da Caderneta? O que faria a empresa que tem seu capital de giro no *overnight*? E o que fariam muitas estatais que realizam resultados financeiros para cobrir sua ineficiência operacional?

O circo armado na economia por decisões conflitantes com o rigor orçamentário que está sendo pregado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento pode inviabilizar medidas monetárias ortodoxas, em um país que não quer mais voltar às fórmulas mentirosas escondidas por trás de muitas das boas intenções dos Cruzados.

A Constituinte caminha para o segundo turno pisando sobre um roteiro de obstáculos que ela própria espalhou, salpicado de precipícios para o amadurecimento da vida partidária. O Brasil, que embarcou em um momento rico para se reinstitucionalizar e reestruturar economicamente, parece estar propenso a jogar fora essas oportunidades, preferindo homenagear o populismo. Por que as pesquisas de opinião que se realizam seguidamente no eixo Rio—São Paulo mostram tanta propensão para recusar quaisquer nomes quando se pergunta por

preferências espontâneas para as eleições municipais? Simplesmente porque o cidadão comum está sofrendo com uma inflação "indecente" — para usar o termo do ministro Maílson da Nóbrega, e porque não é trouxa, ao contemplar o distributivismo armado em Brasília.

Os constituintes estão ignorando a elementar sabedoria popular, que sabe distinguir entre o benefício imediato e o mediato. Escaldado pelas ilusões do Cruzado, o eleitor brasileiro está hoje preparado para vomitar o populismo, como comprovam todas as pesquisas, preferindo aderir ao fora do comum, ao exótico, rebaixando o político profissional, e, com isso, prejudicando a consolidação dos partidos, que formam a base mais sólida de qualquer regime democrático. É isso que os Constituintes não descobriram, ao cederem aos *lobbies* que insistem em empurrar goela abaixo ilusões de multiplicação dos pães, tendo como pano de fundo um déficit público que pode ir a mais de 5% do Produto Interno Bruto.

O segundo turno é a oportunidade para que a Constituinte reencontre também o compasso perdido para a modernidade da economia brasileira. Em todas as partes do mundo o Estado está posto em questão, e, com ele, suas grandes empresas. A Constituinte passou ao largo da eficiência e da produtividade, ignorando essas palavras que se encontram na abertura de qualquer programa europeu contemporâneo, para não falar nos novos países industrializados do Extremo Oriente.

O mercado de trabalho, o sistema financeiro e a economia em geral já estão reagindo ao distributivismo impossível de sustentar, principalmente nas regiões produtivas. O mercado de trabalho se fecha para as mulheres, a economia informal cresce, e a mão-de-obra desqualificada é empurrada ainda mais para baixo pela inviabilidade de sua absorção no mercado formal. O que a Constituinte plantou pode se traduzir em mais desequilíbrio na distribuição da renda. Pois o que a Constituinte ignorou é que só se pode distribuir riqueza quando se acumula riqueza, e a acumulação decorre de investimento.

Qual a taxa de investimento no Brasil, hoje? Basta olhar a brutal queda em termos reais das emissões de capital para oferta pública este ano comparando-se com os anos anteriores. Isso significa que os projetos ficam na geladeira, à espera de tempos melhores. E, como o Governo parou de poupar, tampouco a economia se reaquece pelo setor público. A taxa de investimento hoje é das mais baixas, e com ela cai a geração de novos empregos, principalmente na indústria.

As caixas das grandes empresas estão à espera de um cenário econômico realista para sair do *overnight*. Será fácil reacelerar o crescimento, mediante pequenas medidas, como a depreciação mais acelerada, ou alguns gatilhos tributários que não façam renascer a filosofia dos subsídios, mas funcionem como empurrão inicial. Tudo isto só será possível se os parlamentares acordarem do sonho do País das Maravilhas fabricado em Brasília, onde não se escutam sirenes de fábrica, nem angústia de desempregados nas regiões produtivas, nem se vê no espelho a miséria dos favelados jogados sobre a periferia do Rio e de São Paulo vindos do Nordeste que o distributivismo pensa estar privilegiando.

Com uma inflação de 20% ao mês, lembrem-se os constituintes no segundo turno que quem mais sofre são os mais pobres. Esse é o melhor retrato do país que a nova moldura institucional pretende engessar para a posteridade, com a agravante de que o próximo passo será a ânsia de romper as amarras da própria Constituição. Ainda há tempo para rever um documento do qual se poderia esperar mais asas que âncoras para atravessar o futuro.